

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, SUBORDINADAS, EM DUAS SÉRIES, DA TERMOPERNAMBUCO S.A.

Pelo presente instrumento particular,

1. **TERMOPERNAMBUCO S.A.**, companhia aberta com sede em Ipojuca, Estado de Pernambuco, na Avenida Portuária s/ nº, Complexo Portuário de Suape, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 003.795.050/0001-09, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada **"Emissora"**); e
2. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominados **"Agente Fiduciário"** e **"Debenturistas"**, respectivamente),

(a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados, conjuntamente, **"Parte"** ou **"Partes"**), e, na qualidade de interveniente garantidora,

3. **NEOENERGIA S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo nº 78, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.835.932/0001-08, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada **"Interveniente Garantidora"** e **"Neoenergia"**).

vêm, por esta e na correta forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Subordinadas, em Duas Séries, da Termopernambuco S.A." (doravante denominada **"Escritura"** e **"Debêntures"**), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I - DA AUTORIZAÇÃO

I.1. Esta Escritura é celebrada com base na deliberação tomada nas reuniões do Conselho de Administração da Emissora, realizadas em 07 de outubro de 2005 e em 25 de outubro de 2005 (**"RCA"**).

CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS

II.1. A 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora (doravante denominadas a **"Emissão"** e as **"Debêntures"**) é feita com observância dos seguintes requisitos:

[Assinatura]

[Assinatura]

Renato Sampaio Azevedo
Analista Jurídico - Port. 011/03
Unidade de Análise de Pror.



II.1.1. Arquivamento e publicação de deliberações societárias. As atas das RCAs serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") e publicadas no "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" e no jornal "Valor Econômico".

II.1.2. Inscrição da Escritura e de seus aditivos. Esta Escritura, bem como seus aditivos, serão inscritos na JUCEPE.

II.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários. A distribuição pública das Debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976, e alterações posteriores ("Lei nº 6.404/76"), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução nº 400/03"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.


II.1.4. Registro para distribuição no mercado primário. As Debêntures serão registradas para negociação e distribuição na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, entidade de Mercado de Balcão Organizado ("CETIP"), por meio do SND – Sistema Nacional de Debêntures ("SND") e SDT – Sistema de Distribuição de Títulos. A liquidação financeira da negociação e da distribuição das Debêntures, bem como sua custódia, serão processadas na CETIP.

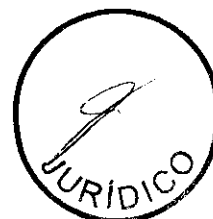
II.1.5. Registro para negociação secundária. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, (a) na CETIP, por meio do SND, segundo as respectivas normas e procedimentos; e (b) no Sistema BovespaFix ("BovespaFix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa ("Bovespa"), sendo a negociação e a liquidação na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

II.1.6. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento. A oferta das Debêntures será estruturada de acordo com o Código de Auto-Regulação para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários da Associação Nacional dos Bancos de Investimento, de 16 de janeiro de 2002 ("Código de Auto-Regulação" e "ANBID", respectivamente), e registrada na ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação, pela instituição intermediária líder da Emissão ("Instituição Líder"), conforme definido no "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Distribuição e Colocação Pública de Debêntures Simples, Subordinadas, Sob Regime de Colocação de Garantia Firme, em Duas Séries, da 1ª Emissão da Termopernambuco S.A." ("Contrato de Distribuição"), celebrado entre a Emissora e as Instituições Intermediárias da Emissão (conforme definição no Contrato de Distribuição).

II.1.7. Registro da Garantia. Em virtude da fiança a que se refere o item V.8.1 e seguintes, da Cláusula V abaixo, a presente Escritura de Emissão será registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 130 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973.

CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA


Renato Sampaio, Advogado
Analista de Processos - FORT. 01160
Unidade de Análise de Processos



III.1. Atualmente, a Emissora tem por objeto social:

- (i) estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica de gás, vapor e água, bem como serviços relacionados, os quais serão concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, atividades associadas ao serviço de energia elétrica ou termelétrica de gás, vapor e água, bem como podendo administrar sistemas de produção, transmissão ou comercialização de energia a gás, a vapor e água, pertencentes ao Estado, à União Federal ou a Municípios, emprestar serviços técnicos de sua especialidade;
- (ii) constituir subsidiárias, incorporar, participar ou representar outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, quaisquer que sejam seus objetos sociais; e
- (iii) praticar todos e quaisquer dos demais atos necessários para a mais fiel e cabal realização de seu objetivo social.

CAPÍTULO IV – DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Observada a forma de integralização prevista na Cláusula V.15, o montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição pública das Debêntures será destinado para (i) o resgate antecipado do financiamento da Termopernambuco junto ao Banco Inter-Americano de Desenvolvimento – BID firmado em 19 de junho de 2002 e, aditado e consolidado em 13 de julho de 2005; (ii) pagamento de fornecedores e (iii) quitação de outras obrigações da Emissora.

CAPÍTULO V - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as seguintes características:

V.1. Número de ordem da Emissão. Esta é a 1ª (primeira) emissão pública de Debêntures da Emissora.

V.2. Valor total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula V.11.

V.3. Valor nominal unitário. O valor nominal unitário das Debêntures (“Valor Nominal Unitário”) será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

V.4. Número de séries. As Debêntures serão emitidas em 2 (duas) séries, sendo a 1ª (primeira) série no valor total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) e a 2ª (segunda) série no valor total de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (“Debêntures da 1ª série” e “Debêntures da 2ª série”, respectivamente).

Renato Sampaio - Aceu
Analista de Investimentos - Port. G.110
Unidade de Negócios de Fretes



V.5. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 45.000 (quarenta e cinco mil) Debêntures, sendo 40.000 (quarenta mil) Debêntures da 1ª série e 5.000 (cinco mil) Debêntures da 2ª série.

V.5.1. Não haverá colocação adicional de Debêntures pela Emissora ou outorga de opção de colocação de lote suplementar pelas Instituições Intermediárias, previstos, respectivamente, no artigo 14, §2º e 24 da Instrução CVM nº 400/03.

V.6. Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, e não contarão com a emissão de certificados representativos. Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco do Brasil S.A., instituição depositária responsável pela escrituração das Debêntures ("Instituição Depositária"). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será por esta expedido relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

V.7. Conversibilidade em ações. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

V.8. Espécie. As Debêntures serão da espécie subordinada aos demais credores da Emissora, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

V.8.1. Garantia Adicional. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Interviente Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, conforme descrito a seguir.

V.8.1.1. A Interviente Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures da 1ª Emissão de Debêntures da Emissora, nos termos desta Escritura e, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil Brasileiro.

V.8.1.2. O valor da fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão (o "Valor Garantido"). O Valor Garantido inclui: (i) o valor do principal das Debêntures, de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), acrescido da respectiva remuneração e dos encargos moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios do principal, inclusive as despesas judiciais.

V.8.1.3. O Valor Garantido será pago pela Interviente Garantidora, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Interviente Garantidora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário (i) após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura, respeitados eventuais períodos de cura ou (ii) quando do vencimento antecipado das

Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

V.8.1.4. A Interviente Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e 595 do Código de Processo Civil.

V.8.1.4.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Interviente Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

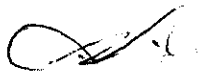
V.8.1.5. A Interviente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item V.8.1., até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada.

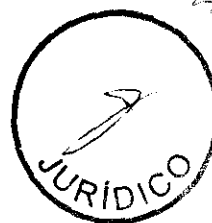
V.8.1.6. A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário (representante dos Debenturistas), com o pagamento integral do Valor Garantido, sendo certo que somente a partir de tal data a Interviente Garantidora estará desobrigada de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura.

V.8.1.7. A Interviente Garantidora reconhece, desde já, como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

V.8.1.8. A Interviente Garantidora declara, para todos os fins de direito, que:

- (i) é uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente, de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à outorga da fiança ora estabelecida e ao cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a fiança ora outorgada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Interviente Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (iv) a celebração desta Escritura e a outorga da fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Interviente Garantidora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em


Renato Sampaio, Adv.
Arquiteto de Interiores - R. 111, 111, 111
Unidade de Análise de Preço



qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Interviente Garantidora ou de qualquer de seus controladores; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

V.9. Limite da Emissão. Tendo em vista que as Debêntures são de espécie subordinada, a elas não se aplicam os limites previstos no artigo 60 da lei nº 6.404/76.

V.10. Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo o público alvo da Emissão composto por (i) investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes das Instituições Intermediárias, desde que atestem ter tido amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes à Emissão e acesso aos Prospectos Preliminar e Definitivo, assim como (ii) quaisquer investidores institucionais ou qualificados, conforme definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004. As Instituições Intermediárias desta Emissão efetuarão a colocação das Debêntures sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição.

V.10.1. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

V.11. Data de emissão. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 06 de novembro de 2005 ("**Data de Emissão**").

V.12. Prazo e data de vencimento. As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 71 (setenta e um) meses contado da Data de Emissão, vencendo em 06 de outubro de 2011 ("**Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série**"), e as Debêntures da 2ª Série terão o prazo de vencimento de 90 (noventa) meses contado da Data de Emissão, vencendo em 06 de maio de 2013 ("**Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série**") e, quando considerada em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, "**Data de Vencimento**").

V.13. Prazo para subscrição. As Debêntures serão colocadas até 30 de dezembro de 2005, após a publicação do anúncio de início de distribuição da presente Emissão.

V.14. Preço de subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, nos termos da Cláusula V.17, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, conforme definido na Cláusula V.15 ("**Preço de Subscrição**").

V.15. Formas de subscrição e integralização. A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição será realizado à vista, no ato da subscrição ("**Data de Integralização**"), em moeda corrente nacional.

V.16. Pagamento do Valor Nominal Unitário.

Renato Sampaio, Ace.
Analista de Negócios - Port. Gráfico
Unidade de Análise de Preço



V.16.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será pago pela Emissora mensalmente, ("Amortização" ou "Amortizações"), nas datas e de acordo com os percentuais previstos na tabela abaixo:

Parcela de Amortização	Data	% de Amortização	Parcela de Amortização	Data	% de Amortização
1º	06/12/05	0,050%			
2º	04/01/06	0,095%	37º	04/12/08	1,250%
3º	06/02/06	0,150%	38º	06/01/09	1,667%
4º	06/03/06	0,150%	39º	04/02/09	1,667%
5º	04/04/06	0,200%	40º	04/03/09	1,667%
6º	04/05/06	0,210%	41º	06/04/09	1,667%
7º	06/06/06	0,240%	42º	05/05/09	1,667%
8º	04/07/06	0,260%	43º	04/06/09	1,667%
9º	04/08/06	0,275%	44º	06/07/09	1,667%
10º	05/09/06	0,300%	45º	04/08/09	1,667%
11º	04/10/06	0,310%	46º	04/09/09	1,667%
12º	06/11/06	0,320%	47º	06/10/09	1,667%
13º	05/12/06	0,320%	48º	04/11/09	1,667%
14º	04/01/07	0,875%	49º	04/12/09	1,667%
15º	06/02/07	0,875%	50º	05/01/10	2,000%
16º	06/03/07	0,875%	51º	04/02/10	2,000%
17º	04/04/07	0,875%	52º	04/03/10	2,000%
18º	04/05/07	0,875%	53º	06/04/10	2,000%
19º	05/06/07	0,875%	54º	04/05/10	2,000%
20º	04/07/07	0,875%	55º	07/06/10	2,000%
21º	06/08/07	0,875%	56º	06/07/10	2,000%
22º	04/09/07	0,875%	57º	04/08/10	2,000%
23º	04/10/07	0,875%	58º	06/09/10	2,000%
24º	06/11/07	0,875%	59º	05/10/10	2,000%
25º	04/12/07	0,875%	60º	04/11/10	2,000%
26º	04/01/08	1,250%	61º	06/12/10	2,000%
27º	07/02/08	1,250%	62º	04/01/11	2,762%
28º	04/03/08	1,250%	63º	04/02/11	2,762%
29º	04/04/08	1,250%	64º	04/03/11	2,762%
30º	06/05/08	1,250%	65º	05/04/11	2,762%
31º	04/06/08	1,250%	66º	04/05/11	2,762%
32º	04/07/08	1,250%	67º	06/06/11	2,762%
33º	05/08/08	1,250%	68º	05/07/11	2,762%
34º	04/09/08	1,250%	69º	04/08/11	2,762%
35º	06/10/08	1,250%	70º	06/09/11	2,762%
36º	04/11/08	1,250%	71º	06/10/11	2,762%



V.16.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será pago pela Emissora em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, ou seja em 06 de maio de 2013.

V.17. Remuneração.

V.17.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série incidirão juros correspondentes a 108% (cento e oito por cento) da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, extragrupo ("Taxa DI"), calculada e divulgada pela CETIP, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula expressa na Cláusula V.17.1.2 ("Remuneração das Debêntures").

V.17.1.1. A Remuneração das Debêntures da 1ª série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª série, ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª série, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

V.17.1.2. O cálculo da Remuneração das Debêntures da 1ª série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do primeiro Período de Capitalização, ou o saldo do Valor Nominal Unitário no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI Over, sendo " d_k " um número inteiro;

p = Percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais (108,00%);

V.17.1.2.1. O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

V.17.1.2.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

V.17.1.2.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.

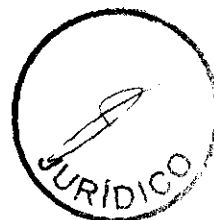
V.17.1.3. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

V.17.1.4. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, se houver, até a data da aferição, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

V.17.1.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI pela CETIP por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, será utilizado em sua substituição o índice que vier a ser determinado legalmente como seu substituto, se houver, caso o mesmo contenha características semelhantes à Taxa DI. Na ausência de critério legal substituto com características semelhantes à Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Cláusula V.17.1 e

[Handwritten signature]

Renato Sampão, Ace.
Arche - Investimentos e Participações
Unidade Operacional de São Paulo



seguintes, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

V.17.1.5.1. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre titulares de Debêntures da 1ª Série representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures da 1ª Série em circulação e a Emissora, as Debêntures da 1ª Série deverão ser resgatadas pela Emissora, na sua totalidade, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contado da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures (aplicando-se a última Taxa DI divulgada) devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração das Debêntures, o que ocorrer por último. Para efeitos desta Cláusula, considerar-se-ão Debêntures da 1ª Série em circulação todas as Debêntures da 1ª Série menos aquelas de propriedade do acionista controlador, de diretores, de conselheiros de administração e as em tesouraria. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. As Debêntures da 1ª Série resgatadas pela Emissora serão obrigatoriamente canceladas.

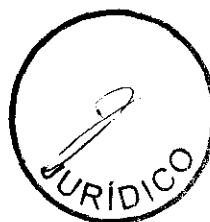
V.17.1.6. Entende-se por período de capitalização ("**Período de Capitalização**") o intervalo de tempo entre 2 (duas) datas previstas para o pagamento da Remuneração, ressalvado que o 1º (primeiro) Período de Capitalização tem início na Data de Emissão, inclusive, e término na data prevista para o 1º (primeiro) pagamento da Remuneração, exclusive. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data prevista para o pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data prevista para o pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior, sem solução de continuidade. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura.

V.17.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série.

V.17.2.1. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação percentual acumulada da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, extragrupo ("**Taxa DI**"), calculada e divulgada pela CETIP, capitalizada de um *spread* ("**Spread das Debêntures da 2ª Série**") de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento), base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula expressa na Cláusula V.17.2.2.1 (Spread das Debêntures da 2ª Série, em conjunto com a Taxa DI, denominados "**Remuneração das Debêntures da 2ª Série**").

V.17.2.2. A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Renato Sampey - Adv.
Analista de Contratos - Dept. Jurídico
Unidade de Negócios - GE-PR



V.17.2.2.1 A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [FatorDI \times FatorSpread - 1]$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture da 2ª Série no início do primeiro Período de Capitalização, ou o saldo do Valor Nominal Unitário no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n [1 + TDI_k]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI Over, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI Over, sendo “ d_k ” um número inteiro;

FatorSpread= sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

[Handwritten signature]

Renato Sampaio, Adv.º
 Arq.º: 3 - Juizados - Prof.º Celso
 Unidade de Trabalho de Foz



spread = *Spread* das Debêntures da 2ª Série ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

n = é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, ou a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Remuneração, sendo “n” um número inteiro;

DT = é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo “DT” um número inteiro; e

DP = é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

V.17.2.2.2. O fator resultante da expressão $[1 + TDI_x]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

V.17.2.2.3 Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + TDI_x]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

V.17.2.2.4. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.

V.17.2.2.5. Considera-se o resultado da multiplicação (“Fator DI” x “FatorSpread”) com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento.

V.17.2.2.6 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

V.17.2.2.7 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *Spread* das Debêntures, se houver, até a data da aferição, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

V.17.2.2.8. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI pela CETIP por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, será utilizado em sua substituição o índice que vier a ser determinado legalmente como seu substituto, se houver, caso o mesmo contenha características semelhantes à Taxa DI. Na ausência de critério legal substituto com características semelhantes à Taxa DI, o Agente

Renato Sampaio
Analista
Unidade de Análise de Projetos



Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Cláusula V.18.2, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *Spread* das Debêntures, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

V.17.2.2.9. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre titulares de Debêntures da 2ª Série representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures da 2ª Série em circulação e a Emissora, as Debêntures da 2ª Série deverão ser resgatadas pela Emissora, na sua totalidade, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures (aplicando-se a última Taxa DI divulgada) devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração das Debêntures, o que ocorrer por último. Para efeitos desta Cláusula, considerar-se-ão Debêntures da 2ª Série em circulação todas as Debêntures da 2ª Série menos aquelas de propriedade do acionista controlador, de diretores, de conselheiros de administração e as em tesouraria. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. As Debêntures resgatadas pela Emissora serão canceladas.

V.18. Periodicidade do Pagamento da Remuneração.

V.18.1. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga mensalmente, nas mesmas datas das Amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série indicadas no item V.16.1 acima. Farão jus à Remuneração das Debêntures da 1ª Série os titulares das Debêntures da 1ª Série que assim constem na Instituição Depositária ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.

V.18.2. A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será paga semestralmente, nas seguintes datas:

[REDACTED]	
1º	04/05/2006
2º	06/11/2006
3º	04/05/2007
4º	06/11/2007
5º	06/05/2008
6º	04/11/2008
7º	05/05/2009
8º	04/11/2009
9º	04/05/2010

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Renato Sampaio Maciel
Analista de Recursos Humanos - Port. 011/01
Unidade de Recursos Humanos de Pro



10º	04/11/2010
11º	04/05/2011
12º	04/11/2011
13º	04/05/2012
14º	06/11/2012
15º	06/05/2013

V.18.2.1. Farão jus à Remuneração das Debêntures da 2ª Série os titulares das Debêntures da 2ª Série que assim constem na Instituição Depositária ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.

V.19. Local de pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou pela CBLC, ou por meio do Banco Depositário, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC.

V.20. Banco Mandatário e Instituição Depositária. O banco mandatário e instituição depositária das Debêntures será o Banco do Brasil S.A. ("**Banco Mandatário**").

V.21. Fundo de Amortização. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

V.22. Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração *pro rata* devida até a data de aquisição e ainda não paga aos debenturistas, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

V.22.1. As Debêntures eventualmente adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

V.23. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

V.24. Resgate Antecipado Facultativo. As Debêntures poderão ser resgatadas pela Emissora a qualquer tempo, a partir do 12º mês contado a partir da Data da Emissão. O resgate antecipado poderá ser total ou parcial, pelo Valor Nominal Unitário da Debênture, na Data da Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do pagamento das Debêntures resgatadas e de prêmio equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o saldo a ser resgatado. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

V.24.1 Na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação pela imprensa, de acordo com o item V.28 abaixo, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, §1º da Lei nº 6.404/76.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Renato Sampaio Maciel
Analista - Processos - Port. 011/76
Unidade de Análise de Preços



V.24.2 Na hipótese das Debêntures registradas na CETIP, a operacionalização do resgate parcial dar-se-á, conforme regulamento do SND, através de operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário, das Debêntures registradas no referido sistema. Todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades, por debenturista, a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

V.24.3 Na hipótese das Debêntures registradas no BovespaFix, as Debêntures serão resgatadas segundo os procedimentos definidos pela CBLC e, na hipótese das Debêntures não estarem vinculadas à CETIP ou à CBLC, as Debêntures serão resgatadas através da Instituição Depositária.

V.25. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“**Encargos Moratórios**”).

V.26. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

V.27. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula V.25, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurado o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

V.28. Publicidade. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal “Valor Econômico” e outros jornais habitualmente utilizados pela Emissora, informados nas Informações Anuais – IAN, e através da rede mundial de computadores, por meio da página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.termope.com.br>) (“*Site*”), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, antecipadamente, da realização de qualquer publicação. O anúncio de início e o anúncio de encerramento da presente Emissão poderão ser publicados no jornal “Valor Econômico” na

forma de aviso resumido, conforme estabelecido pela Instrução nº 400/03, sendo obrigatoriamente disponibilizados, em sua íntegra, no Site da Emissora.

V.29. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

V.30. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

a. Para a Emissora:

TERMOPERNAMBUCO S.A.

Avenida Portuária s/ nºIpojuca – PE

CEP 55.590-972

At. Erik da Costa Breyer

Telefone: (21) 3235-9824

Fac-símile: (21) 3235-9883

E-mail: ri@termope.com.br

b. Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514, Rio de Janeiro (RJ)

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At. Maurício Ribeiro

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

c. Para o Banco Mandatário e Banco Depositário:

Banco do Brasil S.A.

Rua Lélio Gama, 105, 26º andar, Rio de Janeiro

CEP: 20031-080 – Rio de Janeiro (RJ)

At.: Sr. Ari Sarmiento do Valle Barbosa

Telefone: (21) 3808-3568/3491

Renato Sampaio Alves
Analista de Negócios - Fato, Direito
Unidade de Negócios de Fato



Fac-símile: (21) 3808-3466
E-mail: arisarmento@bb.com.br/cqualificada@bb.com.br

d. Para a CETIP:

CETIP - CÂMARA DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO

Av. República do Chile, 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
São Paulo - SP
CEP 01009-000
Telefone: (11) 3111-1411
Fax: (11) 3115-1664

e. Para a CBLC:

COMPANHIA BRASILEIRA DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA:

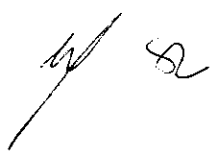
Rua XV de Novembro, 275, 6º andar
São Paulo - SP
CEP: 01014-001
Telefone: (11) 3247-4824
Fax: (11) 3247-5260

f. Para a Interveniente Garantidora:

NEOENERGIA S.A

Rua Praia do Flamengo, nº 78, 3º andar - RJ
CEP 22210-030
At. Erik da Costa Breyer
Telefone: (21)3235.9824
Fac-símile: (21)3235.9883
E-mail: ri@neoenergia.com

CAPÍTULO VI – DEFINIÇÕES DE TERMOS FINANCEIROS



Renato Sampaio Anacleto
Analista de Processos - Escritório
Unidade de Análise de Processos



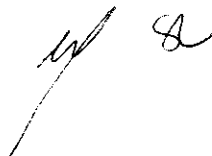
VI. Para os fins desta Escritura, especialmente no que se refere ao disposto no item VII.2.1. abaixo (Hipóteses de Vencimento Antecipado por meio de Assembléia Geral de Debenturistas), aplicar-se-ão as seguintes definições, baseadas em demonstrativos elaborados com base nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil:

- a. “Dívida Líquida”, o endividamento oneroso total menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;
- b. “EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization), lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses ao qual deverá ser adicionado, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, a parcela da amortização da recomposição tarifária do racionamento; e
- c. “Resultado Financeiro”, a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, ser for positivo, será considerado “1”.
- d. Para efeito de apuração de *covenants* no item “a” da Cláusula VII.2.1 infra será considerado as demonstrações financeiras da Emissora. Para efeito de apuração de *covenants* no item “b” da Cláusula VII.2.1 infra será considerado as demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia.

CAPÍTULO VII – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

VII.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático. Observado o disposto na Cláusula VII.4, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência;
- b. vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional, em valor superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Neoenergia e não devidamente elidido pela Emissora e/ou pela Neoenergia, no prazo legal;



Renato Sampey, Agente
Arquivo de Processos - 607.037/10
Unidade de Apoio de Fret

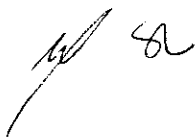


- d. pedido de auto-falência da Emissora e/ou da Neoenergia; ou
- e. liquidação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou da Neoenergia.

VII.2. Hipóteses de Vencimento Antecipado por meio de Assembléia Geral de Debenturistas. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula VII.3, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora e/ou pela Neoenergia, quando aplicável, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo que esse prazo não se aplica a qualquer outra hipótese prevista neste Capítulo VII;
- b. se a Emissora e/ou a Neoenergia propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- c. liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que possa, de qualquer modo, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura, excetuadas a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quorum previsto na Cláusula X.5, sendo que, nesse caso, não será admitida a opção de dispensa da realização de Assembléia Geral de Debenturistas prevista no §1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76; para que não restem dúvidas, a aprovação por Assembléia Geral de Debenturistas, na hipótese aqui descrita, será obrigatória, e portanto, não será assegurado aos debenturistas, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas à operação, o resgate das debêntures de que forem titulares;
- d. alteração do controle acionário da Emissora, direto ou indireto, sem que Debenturistas previamente reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim aprovem referida alteração; ou
- e. inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

VII.2.1. Observado o disposto no Capítulo VI, configurar-se-á, também, hipótese de vencimento antecipado deliberado por meio de Assembléia Geral de Debenturistas, o descumprimento das seguintes obrigações:



Renato Sampaio Arce
Arce, Renato Sampaio - Diretor
Unidade de Negócios de Projeto



- a. manutenção, pela Emissora, dos índices e limites financeiros a seguir: Relação Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) igual ou menor a 70% (setenta por cento); e
- b. manutenção, pela Neoenergia, dos índices e limites financeiros a seguir: (a) Relação Dívida Líquida/EBITDA, não superior a 3,5 (três inteiros e um meio) e (b) Relação EBITDA/Resultado Financeiro, não inferior a 2 (dois inteiros).

VII.2.1.1. A apuração pelo Agente Fiduciário das relações previstas na Cláusula anterior deverá ser feita em relação a cada uma das demonstrações financeiras auditadas da Emissora e da Neoenergia, trimestral, até 5 (cinco) dias úteis após a sua disponibilização pela Emissora, na forma de legislação aplicável, à CVM.

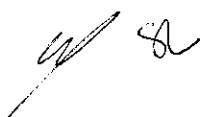
VII.2.1.2. As obrigações previstas neste Capítulo VII vigorarão durante todo o prazo das Debêntures, até a Data de Vencimento, ou enquanto houver Debêntures em circulação.

VII.2.1.3. Os índices e limites financeiros estabelecidos no item VII.2.1. acima serão apurados ao final de cada trimestre fiscal, sendo certo que, em caso de descumprimento, a Companhia e/ou a Neoenergia terão até o final da próxima apuração pelo Agente Fiduciário, no próximo trimestre fiscal, para obter o seu restabelecimento.

VII.2.1.4. Caso a Emissora e/ou a Neoenergia descumpram qualquer um dos *covenants* financeiros acima citados durante dois trimestres consecutivos, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

VII.3. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada nas Cláusulas VII.2 e VII.2.1, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada uma das séries em circulação, de maneira independente, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, observando-se o previsto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83.

VII.4. Correção de Valores. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas nos itens VII.1.(b), e VII.2.(e) acima, os respectivos valores de referência serão corrigidos pelo IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura ou, à falta deste, por outro índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.



Renato Scarpelli Adc.
Analista - J. Jurídico - Fict. (Fict.)
Unidade do Anál. de Pro.



VIII.5. Independência das Séries. Para que não restem dúvidas, fica desde já certo e ajustado que eventuais decisões relativas ao vencimento antecipado das Debêntures tomadas por Debenturistas titulares das Debêntures de uma das séries não vinculam, em hipótese alguma, os Debenturistas titulares das Debêntures das demais séries, sendo a todo e qualquer tempo as mencionadas decisões independentes umas das outras.

CAPÍTULO VIII – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

VIII. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- a. encaminhar ao Agente Fiduciário:
 - a.1. dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;
 - a.2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;
 - a.3. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas editadas pela CVM, inclusive a Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos;
 - a.4. o anúncio da convocação e a ata de qualquer assembléia geral de acionistas da Emissora, bem como as atas das reuniões do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal, que contenham deliberações que guardem relação com a presente Emissão, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - a.5. na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula V.28;
 - a.6. na data de sua divulgação, qualquer fato relevante, divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002;
 - a.7. os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas

SL

[Assinatura]

Renato Sampaio Junior
Analista de Contabilidade - FCM, OAB/SP
Unidade de Contabilidade de FCM



desta Emissão, no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da respectiva data de vencimento;

- a.8. dentro de, no máximo, 3 (três) dias úteis após a disponibilização à CVM de qualquer informação trimestral (ITR) ou anual (DFP-IAN), devidamente auditadas, relatório demonstrativo do cumprimento da obrigação prevista na Cláusula VII.2.1, detalhado em relação a cada um dos índices a serem observados, com a respectiva memória de cálculo e contas utilizadas;
- a.9. imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- a.10. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no Capítulo VII - Vencimento Antecipado, imediatamente após a sua ocorrência;
- a.11. informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após as referidas alterações, que possam impactar qualquer direito dos Debenturistas da presente Emissão; e
- a.12. anualmente, cópia dos relatórios de classificação de risco (*rating*) da Emissão que vierem a ser emitidos pela agência de classificação de risco (*rating*), no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data de seu recebimento.
- b. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pelas normas editadas pela CVM, inclusive pela Instrução CVM nº 207, de 1 de fevereiro de 1994, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- d. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BovespaFix) e a agência de classificação de risco (*rating*) previstas nesta Escritura, sendo o *rating* da emissão atualizado, pelo menos, anualmente;
- e. convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- f. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- g. submeter, na forma da legislação aplicável, a exame por empresa de auditoria

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Renato Sampaio, Adv.
Atuante no Estado de São Paulo - OAB/SP nº 123.456
Unidade de São Paulo - de São Paulo



independente, registrada na CVM, suas demonstrações financeiras;

- h. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e, bem assim, fornecer aos Debenturistas desta Emissão, quando assim solicitado, as demonstrações financeiras publicadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- i. manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas desta Emissão, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- j. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- k. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que (a) possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora, (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (c) cause alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura; e
- l. não contrair dívidas de valor superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) com data de vencimento anterior a 06 de outubro de 2011.

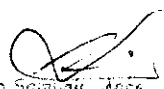
CAPÍTULO IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

IX.1. Nomeação. A Emissora nomeia e constitui Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, para Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

IX.2. Declarações. O Agente Fiduciário declara:

- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;




Renato Sampaio, Agente
Analista de Valores Mobiliários
Unidade de Análise de Risco



- d. aceitar integralmente os termos da presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;
- f. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- g. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- h. ser instituição devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras.

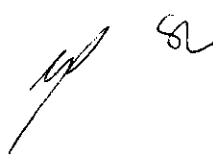
IX.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures de ambas as séries em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula IX.3.4.

IX.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

IX.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

IX.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

IX.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembléia Geral de Debenturistas desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.



Renato Sampaio
Analista Jurídico - Escritura
Unidade de Análise de Pro



IX.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na JUCEPE.

IX.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

IX.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a Cláusula V.28.

IX.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

IX.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

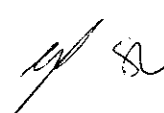
- a. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. verificar a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como valor dos bens dados em garantia, se houver, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;



Renato Sampele Acevedo
Arquiteto - OAB/RS - Port. 011/00
Unidade de Atendimento ao Cliente



- i. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- j. solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- k. convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula V.28, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- l. comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m. elaborar, anualmente, relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - m.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - m.2. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - m.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - m.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - m.5. resgate, Amortização, aquisição facultativa, e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - m.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - m.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - m.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
 - m.9. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário;

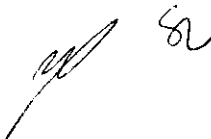


Renato Sampaio Faccin
Arquivo de Processos - 2017/2018
Unidade de Arquivo - 2018



- n. disponibilizar o relatório de que trata a alínea “m” aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- n.1. na sede da Emissora;
 - n.2. no local por ele indicado;
 - n.3. na sede da CVM;
 - n.4. na sede da Bovespa e da CETIP; e
 - n.5. na sede da Instituição Líder;
- o. publicar, na forma da Cláusula V.28, anúncio comunicando aos Debenturistas desta Emissão que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “n”;
- p. manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CBLC e à CETIP;
- q. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer; e
- r. notificar os Debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, discriminando os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado ou esteja tomando para acautelar e proteger os interesses dos titulares das Debêntures. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- r.1. à CVM;
 - r.2. à Bovespa e à CETIP; e
 - r.3. à Emissora.
- s. coordenar o sorteio das Debêntures que forem resgatadas antecipadamente, se for o caso.

IX.5. Atribuições Específicas. Observado as disposições desta Escritura, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas desta Emissão e da



Renato Sampaio Aguiar
Analista de Investimentos - Escrit. 01/100
Unidade de Análise de Projeções



realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos no Capítulo VII:

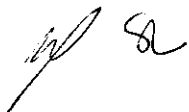
- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;
- c. requerer a falência da Emissora, nos termos da lei brasileira; e
- d. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências e recuperação judicial.

IX.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “c”, da Cláusula anterior, se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas desta Emissão, aquela assim o autorizar, por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Para a hipótese prevista na alínea “d”, da Cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série em circulação.

IX.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, remuneração paga de seguinte forma:

Parcelas anuais de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da escritura de emissão, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores.

- a. as parcelas referentes ao item “IX.6.” serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida no item “IX.6.”, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário;
- b. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2,0% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- c. as remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (Imposto Sobre Serviços), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento de Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a



Renato Sampaio Aguiar
Analista Jurídico - Escritura nº 100/2010
Unidade de Atendimento ao Cliente



remuneração do Agente Fiduciário, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e

- d. a remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

IX.6.1. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam razoavelmente necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

IX.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

IX.7.1. O ressarcimento a que se refere a cláusula anterior será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

IX.7.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos debenturistas desta Emissão, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos Debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas da presente Emissão para cobertura do risco da sucumbência.

IX.7.3. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula anterior os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, ficando desde já estipulado que caberá aos demais Debenturistas arcar com tal ônus, devendo os demais Debenturistas reembolsá-los quando receberem os valores devidos pela Emissora.

IX.7.4. As despesas a que se refere a cláusula IX.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:



Renato Sampaio Alves
Arquiteto, Engenheiro e Perito Judicial
Unidade de Apoio Jurídico



- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;
- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

IX.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

CAPÍTULO X – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

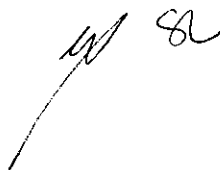
X.1. Os titulares das Debêntures de cada uma das Séries, ou de ambas as Séries conjuntamente, poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral de Debenturistas, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de cada uma das Séries ou de ambas as Séries.

X.2. Convocação. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas da cada uma das Séries que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da cada uma das Séries em circulação, ou pela CVM.

X.3. Quorum de Instalação. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas titulares das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série, ou de ambas as Séries, conforme o caso, da presente Emissão, que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série, ou de ambas as Séries, conforme o caso, em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

X.3.1. Para fins de primeira convocação de Assembléia Geral de Debenturistas a ser realizada conjuntamente pelos Debenturistas da 1ª Série e da 2ª Série, esclarece-se que o quorum de instalação somente será válido desde que esteja presente a metade, no mínimo, dos Debenturistas de cada uma das séries.

X.3.2. Para os fins de apuração do quorum de instalação em qualquer Assembléia Geral de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, ou que sejam de titularidade (i) de sociedades sob controle direto ou indireto da Emissora, (ii) de sociedades coligadas a ela, (iii) de pessoas físicas ou jurídicas que a controlem direta ou



Renato Sampaio Aguiar
Analista de Negócios - Port. Exterio
Unidade de Análise de Crédito



indiretamente, (iv) bem como dos diretores e dos conselheiros de administração da Emissora.

X.4. Mesa Diretora. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

X.5. Quorum de Deliberação. Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da cada Série em circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) que diminua a Remuneração; ou (iv) que altere qualquer um dos *quori* de deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos na presente Escritura, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na cláusula IX.5.1.

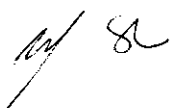
X.5.1. Nas Assembléias Gerais de Debenturistas, a serem realizadas conjuntamente pelos Debenturistas da 1ª Série e da 2ª Série quando as matérias a serem tratadas forem de interesse de ambas as séries, como por exemplo local de pagamento, repactuação, encargos moratórios, garantia fidejussória, dentre outras, o quorum de deliberação será de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada Série em circulação, com exceção da modificação de qualquer um dos quori de deliberação conjunta da Assembléia Geral de Debenturistas previstos na presente Escritura, que deverá ser deliberadas por Debenturistas de ambas as séries que representem a totalidade das Debêntures em circulação.

X.5.2. Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer Assembléia Geral de Debenturistas da presente Emissão, serão excluídos os votos em branco, as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam de titularidade (i) de sociedades sob controle direto ou indireto da Emissora, (ii) de sociedades coligadas a ela, (iii) de pessoas físicas ou jurídicas que a controlem direta ou indiretamente, (iv) bem como dos diretores e dos conselheiros de administração da Emissora.

CAPÍTULO XI – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

XI.1. A Emissora declara e garante que:

- a. é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- b. os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;



Renato Sampaio, Adv.º
Analista de Contratos - Port. 011/01
Unidade de Análise de Pro.



- c. mediante a aprovação da CVM mencionada no Capítulo II, está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- d. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas (d.1) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora; (d.2) não infringem qualquer disposição legal; (d.3) não resultem na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, (d.4) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (d.5) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e. esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- f. os prospectos preliminar e definitivo ("**Prospectos**") contêm e conterão, no mínimo, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- g. as declarações e informações contidas nos Prospectos prestadas pela Emissora com relação à Emissora, suas atividades, sua situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que os Prospectos foram elaborados de acordo com as normas pertinentes;
- h. as opiniões, análises e previsões expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- i. não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- j. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de junho de 2004 e 2005, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e a situação financeira da Emissora refletida Demonstrações Financeiras ora referidas não sofreu, até a data de assinatura desta Escritura, qualquer alteração relevante;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Renato Sampaio, Advogado
Anelise J. Gonçalves - Bach. OAB/SP
Unidade de Atendimento de Prontidão



- k. observado o disposto nos Prospectos, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- l. não há qualquer (l.1) descumprimento contratual, legal, judicial, administrativo ou arbitral; ou (l.2) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade; e
- m. a Emissora possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

XII.1. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes, a Interviente Garantidora e seus sucessores a qualquer título.

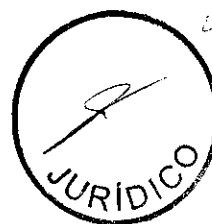
XII.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XII.3. Despesas. A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND e no BovespaFix; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; (iv) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Banco Depositário, e agência de classificação de (*risco*); (v) despesas gerais (*out-of-pocket*), limitadas a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); e e (vi) despesas com consultores jurídicos.

XII.4. Título Executivo. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações neles encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

XII.5. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexecutíveis, em qualquer aspecto, as demais cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e

Renato Sampaio Azevedo
Analista de Processos - Part. 01/2019
Unidade de Análise de Processos



exeqüíveis, até o cumprimento integral, pelas Partes e pela Interveniente Garantidora, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.


XII.6. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

XII.7. Foro. Fica eleito o Foro de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes e a Interveniente Garantidora, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2005.

TERMOPERNAMBUCO S.A.


Nome: PAULO ROBERTO DUTRA
Cargo: DIRETOR



Nome: SOLANGE PINTO RIBEIRO
Cargo: Diretora de Regulação

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: PAULO ROBERTO DUTRA
Cargo: DIRETOR

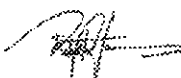
Nome: _____
Cargo: _____

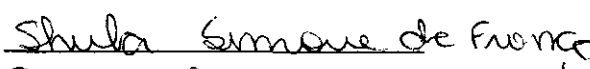
NEOENERGIA S.A.

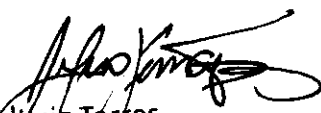

Nome: PAULO ROBERTO DUTRA
Cargo: DIRETOR



Nome: SOLANGE PINTO RIBEIRO
Cargo: Diretora de Regulação

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 31/10/2005
SOB Nº: ED000620000
Protocolo: 05/110707-4
Empresa: 26 3 0001157 3
TERMOPERNAMBUCO S.A.


ROBERTO CAVALCANTI TAVARES
SECRETARIO-GERAL


973.986.324-87


Luiz Torres
Gerente do Depto. Financeiro e R.I.
CPF: 904.917.736-20
Ct: M-5.963.207 SSP-MG


Renato Sampaio
Arquivista - Processos - Pm, C, P, P, P
Unidade de Arquivo - Pm



129 C.R.C.P.N. e Tabelionato. Av. das Américas, 3939 - Bl 1, Lj N
Barra da Tijuca RJ. Tabelião: JORGE FRANCISCO CORREIA. Reconheço
por semelhança a firma de: MAURICIO DA COSTA RIBEIRO
Cod: 01EA1BE11400

Rio de Janeiro, 25 de Outubro de 2005. C.c. por:
Em testemunho da verdade. Serventia : 3.07
20% P. Judiciário: 0.61
Total 3.68

Aroldo da Silva Rodrigues - Escrevente

CARTÃO 12º CIRCULO

Aroldo
S. Rodrigues
ESCREVENTE

